
A influência da Baixa de Kasanji na independência de Angola

La influencia del Bajo de Kasanji en la independencia de Angola

The influence of Baixa de Kasanji in angola's independence

João Sicato Kandjo

[ORCID: 0000-0002-1659-9674](https://orcid.org/0000-0002-1659-9674)

Docente. Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo,
Huambo, Angola

[sikatokandjo10@gmail.com](mailto:sicatokandjo10@gmail.com)

DATA DA RECEPÇÃO: Março, 2020 | **DATA DA ACEITAÇÃO:** Maio, 2020

RESUMO:

A luta entre os antigos habitantes no actual território de Angola e os portugueses, data desde o século XV. Tal pode ser pensado desde o Reino do Khongo, Ndongo, Matamba até ao século XX com o Reino dos Kwanyamas por Mandume ya Ndemufayo e Ndembus, o que revela as diversas tentativas de se libertar dos portugueses. Neste contexto, o grito da Baixa de Kasanji foi a revolta que deu impulso as diversas lutas posteriores que permitiram a independência de Angola. Por isso, o artigo pretende explicar a revolta da Baixa de Kasanji, considerado por muitos como um dos maiores massacres da História de Angola. Tendo em conta a importância deste tema, a descrição será feita de forma a facilitar a compreensão da influência da Revolta da Baixa de Kasanji na independência nacional de Angola, que foi proporcionada pelos camponeses que a um determinado momento, influenciados pelos vizinhos da República Democrática do Congo perderam o medo e pegaram em catanas e canhangulos para pôr fim a um sofrimento que se levava a cabo na cultura do cultivo do algodão, COTONANG. O contexto internacional, mais a agitação interna fez com que os camponeses pudessem proporcionar o prelúdio do início da luta de libertação em Angola, isto no dia 4 de Janeiro de 1961, que mais tarde deu continuidade no 4 de Fevereiro de 1961, até ao alcance da independência, no dia 11 de Novembro de 1975.

Palavras-chave: Influência, Revolta da Baixa de Kasanji, 4 de Janeiro, 4 de Fevereiro e 11 de Novembro de 1975.

RESUMEN:

La lucha entre los antiguos habitantes en el actual territorio de Angola y los portugueses, data desde el signo XV. Pudierase decir desde el Reino del Khongo, Ndongo, Matamba hasta el siglo XX como el Reino de los Kwanyamas por Mandume ya Ndemufayo y Ndembus, lo que revela varias tentativas de librarse de los portugueses. En este contexto, el grito del Bajo de Kasanji fue la revuelta que dio impulso las diversas luchas posteriores que permitieron la independencia de Angola. Por eso el artículo pretende explicar de la revuelta del Bajo de Kasanji, considerados por muchos como una de las mayores masacres de la Historia de Angola. Teniendo en cuenta la importancia de este tema, la descripción será hecha de forma la facilitar en la comprensión de la influencia de la Revuelta del Bajo de Kasanji en la independencia nacional de Angola, que fue proporcionada por los campesinos que en un determinado momento e influenciados por los vecinos de la República Democrática del Congo perdieron el miedo y pegaron sus machetes y canhangulo para poner fin a un sufrimiento que se llevaba a cabo en la cultura del cultivo del algodón, COTONANG. El contexto internacional, más la agitación interna hizo com que los campesinos podrían proporcionar el preludio del inicio de la lucha de liberación de Angola, esto en el dia 4 de Enero del 1961, que más tarde dio continuidad el 4 de Febrero de 1961, hasta alcanzar la independencia, el dia 11 de Noviembre del 1975.

Palabras clave: influencia, revuelta del Bajo de Kasanji, 4 de Enero, 4 de Febrero y 11 de Noviembre del 1975.

ABSTRACT:

The struggle between the former inhabitants of the present territory of Angola and the Portuguese, dates back to the 15th century. This can be thought from the Kingdom of Khongo, Ndongo, Matamba until the 20th century with the Kingdom of Kwanyamas by Mandume ya Ndemufayo and Ndembus, which reveals the various attempts to free themselves from the Portuguese. In this context, the shout of Baixa de Kasanji, was the revolt that gave impetus to the various subsequent struggles that allowed Angola's independence. Therefore, the article aims to explain the uprising of Baixa de Kasanji, considered by many as one of the greatest massacres in the history of Angola. Given the importance of this theme, the description will be made

in order to facilitate the understanding of the influence of Baixa de Kasanji uprising on the national independence of Angola, which was provided by the peasants who at a given moment and influenced by the neighbours of the Democratic Republic of Congo, lost their fear and took machetes and canhangulos to put an end to the suffering that was being carried out in the cotton cultivation, COTONANG. The international context, plus the internal unrest, allowed the peasants to provide the prelude to the beginning of the liberation struggle of Angola, this on January 4, 1961, which later continued on February 4, 1961, until the achievement of independence on November 11, 1975.

Keywords: Influence, Baixa de Kasanji uprising, January 4, February 4 and November 11, 1975.

INTRODUÇÃO

A invasão do continente africano pelos europeus durante o século XV, bem como a usurpação das suas terras esteve na base do nacionalismo angolano.

Os primeiros contactos entre africanos e europeus aconteceu em 1415, quando os portugueses atingem a cidade de Cêuta (Marrocos). Entre portugueses e congueses aconteceu em 1482, na foz do rio Zaire. Este momento deve ser interpretado no âmbito do mercantilismo europeu (KANDJO, 2019).

Segundo KI-ZERBO (2003), As principais motivações são as seguintes: proselitismo, etnocentrismo, a ousadia científica, a par, por vezes, do espírito de aventura, estabelecer contacto com o Preste João e, sobretudo, pelos interesses económicos (p. 67).

Deste modo, durante o século XV-XIX, a África conheceu o tráfico de escravos no Atlântico, a exploração dos minerais e a transportação da

matéria prima que serviu de trampolim para o desenvolvimento da América e da Europa (KANDJO, 2020).

Antes do tráfico de escravos ser praticado pelo mundo ocidental, não havia denegrimiento aos africanos. Viajantes que vieram a África, tratavam os reis do Khongo como irmãos e descreviam os habitantes nos seus registos e crónicas. Mais tarde, o tráfico de escravos tomou proporções repugnantes e se fez destes escravos a base da acumulação do capital necessário para o industrialismo ocidental. A atitude negativa contra os africanos emergiu com todo seu cortejo de misérias e discriminações. Por isso tiveram que lutar e vencer para que com a liberdade recuperada se pudesse proclamar a reconquista da dignidade perdida, o Renascimento da Personalidade Africana (KAMABAYA, 2003).

Para SANTOS (2006) a Baixa de Kasanji é uma zona muito fértil para o algodão, mas também para as actividades subversivas tão temidas que, a qualquer momento ameaçavam ultrapassar a fronteira com o Congo independente, onde dois agitadores vindos deste país vizinho, atravessam um afluente do rio Kwangu e instalam-se na Baixa de Kasanji em Dezembro de 1960.

Com este trabalho objectiva-se explicar a influência da revolta da Baixa de Kasanji na independência nacional de Angola, bem como, estabelecer relações entre o 4 de Janeiro, o 4 de Fevereiro e o 11 de Novembro de 1975.

É importante para vida de qualquer angolano aprender um pouco sobre a História recente do seu país, sobretudo, do período em destaque. Acreditamos que este texto dará subsídios para o estudo da História de Angola.

O SISTEMA COLONIAL PORTUGUÊS

Foi aproximadamente nos fins do século XIX e no início do século XX, onde se verificou a ocupação definitiva do espaço angolano nos dias que

decorrem após a Conferência de Berlim, permitindo deste modo, a decadência dos reinos que até então se encontravam neste espaço geográfico. Isto terá acontecido até 1920, momento em que maior parte deste território estava ocupado pelos portugueses (cfr. ALEXANDRE, 2016). Depois de se observar a ocupação efectiva, é chegado o momento dos portugueses implementarem o sistema de administração colonial. Por norma, o que estava em causa era um regime de implementação administrativa, cuja base governativa era metropolitana, isto é, provenientes de Lisboa, semelhante a ditadura militar e, por conseguinte, os indígenas não tinham liberdade e eram submetidos a trabalhos duros. Mesmo no momento de entrar em vigor o Estado novo e do Acto Colonial (1930/1931). Os nativos não gozavam de direitos, porém, encontravam-se cheios de obrigações. Isto significa que Angola era considerada como colónia de ocupação e como colónia de exploração simultaneamente (op. cit.).

Para o sucesso da implementação do sistema colonial português João Alexandre apresenta a ordem político-administrativa descrita da seguinte forma:

Governador-geral, Inspector-geral, Governador de Distrito, Inspector Administrativo, Intendente de Distrito, Administrador de Circunscrição, Secretário de Circunscrição, Chefe de Posto e Aspirante Administrativo (ALEXANDRE, 2016, p. 155).

Como se vê, no topo da Província Ultramarina estava o Governador-geral, este por sua vez representava o executivo português pela intermediação do Ministro das Colónias. O Governador-geral, junto com o seu conselho consultivo, as missões católicas e individualidades económicas faziam cumprir as orientações provenientes da metropole (op. cit.).

A administração do Distrito era dirigida pelo Governador, detentor do poder provincial e encaminhava os administradores e chefes dos mais

diversos postos existentes, servindo de intermediário entre o Governador-geral da Província e do Distrito (uma espécie de Município).

O que mandava no posto era o chefe de posto (ou administrador). Esta categoria vivia mais próxima dos nativos, por esta razão é também considerada como sendo o grupo mais importante deste quadro apresentado. A seguir aparecem os demais como os secretários, e cipaios. Nas aldeias os Regedores, Sobas e as Bocas, considerados como agentes que também faziam cumprir os objectivos da Administração da Política Colonial (op. cit).

Tudo isso foi reforçado com o Acto Colonial, tal como tentamos demonstrar nas páginas anteriores, veja-se o texto a seguir;

Princípio de vocação e direito histórico de Portugal à colonização, quando, por exemplo diz:

Portugal tem a função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos e a exercer a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente (MARQUES, 2001, p. 25) citado por (ALEXANDRE, 2016, p. 159).

No que diz respeito ao sistema gerido por brancos que foi implementado aos indígenas para a aquisição da mão-de-obra barata, utilizando métodos escravagistas, serviu de base para repulsar sentimento de ódio. (GOMES, 2013).

Deste modo, parece-nos que a política colonial destruiu a cultura, a economia e a política dos nativos, cujo controle foi rigorosamente seguido, qualquer desvio daria a uma punição como veremos mais adiante na revolta da Baixa de Kasanji em 1961.

Em conformidade ao nosso entendimento, Dino Matrosse apresensou o encetar da luta armada que tinha a ver com a política colonial. Por exemplo, a separação entre indígenas e assimilados quando disse:

Porquanto a discriminação seria inevitavelmente uma das razões para o despertar do conflito da luta armada (MATROSSE, 2008, p. 33).

O MOVIMENTO DOS ESTUDANTES

Para este momento achamos por bem parafrasear GOMES (2014), na medida em que há concordância com os autores mais relevantes que escreveram em relação ao tema e comumente afirmam que os jovens africanos tiveram a oportunidade de ganharem bolsas de estudo, garantido deste modo a formação no exterior do país, aqui de forma particular, angolanos enviados em Portugal para aumentar os seus níveis académicos, com particular destaque aos assimilados e mestiços porque estes receberam de mãos dadas a cultura, língua, religião, hábitos e costumes de Portugal (católicos e protestantes rurais).

Em 1944, o governo português permitiu a existência de associações conhecidas por "Casa dos Estudantes do Império" de Lisboa que foi fechada em 1965 e em 1961 fecharam as de Coimbra e Porto simultaneamente. Todavia, apesar disso ainda serviu para alimentar o intelecto dos estudantes, formando assim as inteligências angolanas que se revelava na crítica de diversas obras literárias da geração revolucionária (op. cit).

Há que lembrar que, o comportamento do sistema colonial fez com que num determinado momento as populações nativas pudessem revoltar-se contra o sistema daquela época e, por outro lado, esta acção foi conjugada com o pensamento crítico dos estudantes da Casa do Império, como referido anteriormente.

FACTORES EXTERNOS

Curiosamente vários outros factos históricos estavam em volta para coincidentemente acontecerem: a revolta da Baixa de Kasanji, o 4 de Fevereiro, bem como o ano *Mirabilis* de Angola. Entre estes elementos-chave há que considerar o decorrer da II Guerra Mundial (1939-1945), que serviu para conhecer o europeu, descobrindo deste modo os seus pontos

fracos e a intelectualidade africana concluir a igualdade tendo em conta o contexto em que se vivia, porque os próprios europeus alimentavam os seus exércitos com a inclusão de africanos para participarem na guerra aberta para o mundo. Por outro lado, deu-se por conta alguns produtos que a África possuía, por exemplo, um dos elementos para a feitura da bomba Atómica atirada em Hiroxima e Nagazaki foi retirado na Bacia do Kongo. Deste modo, observava-se a decadência da Europa dominadora e aos poucos o domínio dos Estados Unidos da América e da URSS que para a felicidade dos africanos apresentavam políticas anti-colonialistas (KI-ZERBO, 2002).

Tornou-se também fundamental a intervenção da ONU, criada em São Francisco em 1945 que servia de porta-voz dos povos oprimidos. Para o caso concreto da colónia de Angola, a ONU enviou por várias vezes cartas para que Salazar abandonasse Angola e as outras colónias portuguesas.

Na medida em que os países mais populosos da Ásia foram se tornando independentes (China, Mahó Tsé-Tung, Índia, Mahtma Ghandi-1947, Indonésia, Amhed Sukarmo-1949), estes proporcionaram um encontro com os líderes africanos na famosa Conferência de Bandung, em 1955, com os países soberanos (Etiópia, Egipto, Sudão...). Neste encontro assumiu-se o compromisso da solidariedade, isto é, que haja uma ajuda mútua entre os dois continentes, para a independência total de África e da Ásia uma vez que os dois faziam parte do Terceiro Mundo, subdesenvolvido e colonizado (KI-ZERBO, 2002 e M`BOKOLO, 2003).

Tendo em conta este todo ambiente, alguns países tornaram-se independentes na década de 50 (Líbia, Marrocos, Sudão, Tunísia, Gana, Guiné Konakry...) na década de 60 (Nigéria, Mali, Senegal, Serra Leoa, Tânzania, Quénia, Malawi, Zâmbia, Gabão, R.C, R.D.C...), 70 (Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique...), 80 (Zimbabué...) e 90 (Eritreia, Namíbia...). Porém, para a influência da Revolta da Baixa de Kasanji concentremo-nos na década de 60, concretamente, a

independência do Ex-Congo Belga (GONÇALVES, 2016). Tudo isso foi refletido em todo processo do nacionalismo africano como se refere CHIMANDA (2010), os movimentos nacionalistas africanos iniciaram um projecto da luta política que desejavam levantar um sentimento nacionalista e revolucionário para combater o colonialismo português.

Neste sentido, os movimentos de libertação quando lutavam contra o domínio colonial português, preocuparam-se em manter contactos com outros países, devido a sua ideologia e apoio (AGOSTINHO, 2011).

As reclamações de 1959, fez com que os dirigentes belgas convocassem os dirigentes nacionalistas congolezes para um encontro, organizado em Bruxelas (20 de Janeiro -20 de Fevereiro), que permitiu a independência do Congo para 30 de Junho de 1960 (MATEUS e MATEUS, 2011).

Se pensarmos rapidamente no espaço territorial do antigo Reino do Congo que compreendia um pouco de Angola, Gabão, Congo e RDC, e actualmente a RDC limita Angola, uma reflexão se abri em relação ao povo Bakhongo que foi separado pelos portugueses a partir das regras provenientes da Conferência de Berlim (1884-1885).

Por este facto é que se observou que a luta agressiva de Matadi, próxima à fronteira norte de Angola e em contra partida a reacção dos militares belgas das bases de Kitona, no Baixo Congo e de Kamina, no Catanga entraram em procedimento de modo a proteger os benefícios da população mestiça e branca (op. cit). Uma pergunta muito importante foi aberta pelos autores acima referenciados:

Se os bakhongos do lado de lá [da RDC] tinham adquirido a independência e até tinham designado o Presidente da República do novo país, porque não haveriam eles, bakhongos de Angola, de se tornar independentes e de designar, também, os seus dirigentes? (op. cit.).

Foi este olhar dos bakhongos angolanos que incentivou a agitação na Baixa de Kasanji, proporcionando uma revolta em 1961.

A REVOLTA DA BAIXA DE KASANJI

De acordo com SANTOS (2006) foi aproximadamente nos fins da década de 1950-1960, ante das reivindicações, Malange estava na primeira posição naquilo que mais tarde se conheceu como revolta da Baixa de Kasanji. O acto anticolonial foi levado a cabo entre o grupo mbundu da zona leste de Angola.

É na Província de Malange onde se encontrava o Reino de Kasanji, que decaiu antes do trágico acontecimento da 1ª Guerra Mundial (1914-1918). Este reino situava-se nas planícies ao redor do rio Kwangu, onde floresceu a cultura do algodão (COTONANG, pelos portugueses com o apoio dos belgas) que gerou bastantes lucros à metrópole, estabelecendo deste modo uma fronteira do Congo (op. cit).

Para esta acção, algumas personagens se destacaram para a revolução dos camponeses dando crédito à Patrice Emery Lumumba (RDC) e à Rosário Neto (Angola). Este último foi líder da UPA e estava por detrás da agitação da população. Deste modo, não tardou as reivindicações atingiram outras localidades como, Kela, Cahombo, Mrimba, Kunda-dia-Baze, Kambu-Kamana, Xá-Muteba, Mukari, Kalandula, Tembu-Aluma, e não demorou para que esta realidade atingisse toda cidade de Malange e como resposta do Governo português, muitos foram presos. Neste caso tomemos como exemplo o senhor Sebastião Cardoso, enfermeiro e dentista, também nesta lógica são incluídos: Moisés Kamabaya, João Gaspar Kamabaya, Francisco Kamabaya (família Kamabaya), João Rosário (pai de Rosário Neto) e o Reverendo Geraldo Manuel Xavier (KAMABAYA, 2003).

Tendo em conta esta toda situação, era normal que se anunciasse o ano profético de Kasanji na medida em que duas individualidades provenientes do Congo que transmitiam a ideia de prosperidade pelo facto de estarem a representar uma divindade-mágica (Maria) cuja missão era proteger os africanos para difundir a Boa Nova nas regiões de Kassulo-Kuenda para pôr

ultimato à liderança portuguesa. Mas isso só seria realidade se seguissem o ritual de iniciação. Como descrito a seguir:

Evitar qualquer contacto com os portugueses, deixar de cultivar o algodão na COTONANG, queimar os restos que identificam a Igreja Católica, não sentir falta de dinheiro e acreditar que as munições dos colonos se transformariam em água (KAMABAYA, 2003 e SANTOS, 2006).

Como podemos perceber de antemão, as alíneas apresentadas em cima era para quebrar a relação de patrão e empregado, de colono e colonizador estabelecido, incentivada por um sincretismo religioso cujas bases provinham do Ex-Congo Belga (Bakhongo) para acreditar sem devoção, sem medo em Maria de África e numa vida após a morte, porque tarde ou cedo chegaria o dia da salvação.

Com efeito, os camponeses lançaram-se para os campos, deitaram fogo e derrubaram as sementes, levantaram as catanas e canhangulus, fecharam as estradas, foram mortos os animais domésticos, partiram as pontes dos rios Lwi, Kwangu e Kambu e caminharam para afrontar o colono e diziam que o sistema colonial português *era excremento de pássaros*, Manuel Martins, referenciado por (SANTOS, 2006).

Vários especialistas consideram o ano de 1961, como o de maior massacre feito pelos militares portugueses no ultramar, operação que serviu como cobrança da revolta dos camponeses da Baixa do Kasanji. Esta tragédia começou como uma greve e resultou em bombardeamento.

Esta acção fez com que muitos camponeses fossem feridos e mortos, MATEUS e MATEUS (2013) apresentaram 5-10 mil mortos, Freudenthal (1999), diz que havia um jornal clandestino em Portugal e por sinal anti-colonial que apresentou em 1964 a revolta como um grito do povo de Kasanji para derrubar o monopólio da cultura do cultivo do algodão da COTONANG, cujo grito teve como consequência 10.000 mortos e 17 aldeias destruídas, enquanto KAMABAYA (2003; 2011) apresentou 60 mil mortos para além daqueles que os documentos oficiais não revelavam. Em todo caso fica a

grande coragem que os camponeses transmitiram em enfrentar os portugueses e servir de inspiração para o 4 de Fevereiro de 1961, pelo facto de ter havido um entreposto comercial que partia de Malange-Luanda e vice-versa que permitiu que de uma forma organizada e sistematizada se pudesse dar início a luta de libertação Nacional de Angola. Eis, a grande evidência da influência do 4 de Janeiro de 1961 ao 4 de Fevereiro de 1961. Por outras palavras, a inspiração do 4 de Fevereiro partiu do 4 de Janeiro como nos confirma OSÓRIO (2016), a revolta que aparece a 4 de Janeiro de 1961, ou seja, consideremos que começou em Outubro de 1960 na Baixa de Kasanji, não foi simplesmente reivindicação dos agricultores indígenas que não aceitaram as sementes de algodão. Começaram um movimento de grito, que se admite como a origem da luta contra o colonialismo.

A ACÇÃO DO 4 DE FEVEREIRO

Depois do 4 de Janeiro todos os caminhos cruzaram-se para o 4 de Fevereiro do mesmo ano, fruto de algumas reuniões que foram acontecendo desde 1960 para a elaboração do plano de acção contra a opressão colonial. A este respeito MATEUS e MATEUS (2013) afirmam que as 20h:30 minutos do dia 2 de Fevereiro de 1961, aconteceu um encontro na casa Imperial Francisco, onde participaram 70 pessoas que decididamente foram comprar catanas para preparar o ataque que a qualquer momento poderia acontecer.

Pela mesma hora e os mesmos minutos e com um número maior (aproximadamente 150 homens), os autores ora citados, apresentavam-se também ao encontro do dia 3 de Fevereiro, já na casa de Raúl Deião e mais tarde deslocados a casa anterior (casa de Imperial Francisco) ocuparam todo espaço interior e exterior e por fim, embebedaram-se.

Tudo estava pronto para o ataque que se previa. Então na madrugada do dia 4 de Fevereiro, todos os chefes bem posicionados para o soar do apito de Domingos Manuel Agostinho e Neves Bendinha (op. cit).

Segundo os autores acima, a projecção do ataque foi feita da seguinte forma:

O Grupo que Saiu para atacar a Casa da Reclusão, por volta das duas horas da manhã, os provenientes da casa Imperial Francisco para derrubar o portão da cadeia da PIDE e da Administração de São Paulo, os que encontraram uma forte resistência da polícia móvel do PSP, os que estavam compostos por 26 membros cujo objectivo era penetrar e derrubar a VIIª esquadra da PSPS, que se localizava à caminho de Catete, Finalmente, aqueles que não cumpriram a missão (MATEUS e MATEUS, 2013).

Observando o quadro que se apresenta, torna-se claro que a organização que se levou a cabo para a revolução, não foi espontânea, ou de menos preparação como aconteceu com o 4 de Janeiro, embora possamos reconhecer a sua influência como o fizemos anteriormente. Os grupos eram distribuídos para atacarem os pontos estratégicos do Governo português, preparados com armas de fogo e outros instrumentos de luta, usavam fardas alguns líderes destas organizações e lutaram de homem para homem numa guerrilha que começou com o 4 de Janeiro, passou para o 4 e 11 de Fevereiro, o 15 de Março até 11 de Novembro de 1975, altura em que se alcançou a independência de Angola. Foi difícil para os angolanos e terrível para o exército português e no fim os angolanos triunfaram. Por isso, devemos honrar os heróis tombados para o alcance da liberdade do povo angolano.

O ANO *MIRABILIS* OU A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

No âmbito de todo panorama apresentado, resta-nos apenas estabelecer o limite temporal, quer dizer, partindo da queda de Salazar, em 1974. Afinal não eram apenas as colónias portuguesas que estavam descontentes com o regime ditatorial do sistema colonial de Salazar, também muitos portugueses eram contra o regime. Queremos dizer com isso que o ataque não pode ser contra Portugal, ou contra os portugueses, a reivindicação

deve ser contra o sistema colonial português que abusivamente usurpou as riquezas de Angola, maximizou o racismo e a separação entre irmãos, destruiu as culturas encontradas, semeou o cristianismo e traficou os congueses, mbalundus, wambus... para o povoamento do Brasil (KANDJO, 2020).

SILVA (2008) diz que, quanto mais o país crescia e se desenvolvia mais complicado ficava o processo de tomada de decisão em política externa, não apenas pelos diversos interesses internos, mas também pela razão da estratificação do sistema internacional em termos de poder. Assim, a crise política que vivia Portugal, fez com que perdessem o controlo de suas colónias, por causa dos movimentos de libertação nacional, (SILVA, 2018).

Para PÉLISSIER (2010) Justamente em Julho de 1974 a comitiva portuguesa deslocou-se para a Baixa de Kasanji e foi admirada por soldados libertadores. E, por conseguinte, deixaram os ajudantes africanos a sua sorte. Na mesma linhagem a administração portuguesa foi trocada por alguns membros do MPLA.

António de Oliveira Salazar caiu porque até a sua própria população já não aguentava mais as diversas atrocidades da sua governação e para tal, no dia 25 de Abril de 1974, os diversos pontos do país estavam em acção, em protesto, pelo que, nem Marcelo Caetano, nem Spínola queriam ficar com o poder uma vez que a pressão apresentada pelo Major Otelo Saraiva de Carvalho não dava tréguas.

Com quem poderia contar o Governo português?

A nível internacional (EUA, URSS, ONU) havia pressão para se abandonar as colónias tal como se apresentou anteriormente e internamente houve uma revolta (a revolta dos cravos). Parece não haver saída, porque nenhum argumento era mais convincente. Portugal deve abandonar as colónias, Portugal deve abandonar Angola.

É claro, não podemos pôr de parte a acção dos movimentos políticos angolanos, nomeadamente o MPLA¹ (1956), UPA/FNLA² e mais tarde a UNITA³ (1966) que tendo em conta o envolvimento desde muito cedo, o embate contra os portugueses, no fim, foram estes que estavam reunidos para receberem o país.

Foi precisamente no acordo de Alvor (de 10-15 de Janeiro de 1975) que entre as partes (Governo português e movimentos político angolanos) que se acordou o dia da independência nacional de Angola, bem como da constituição do Governo de transição, onde os principais líderes estavam representados⁴.

Por tudo quanto aconteceu a partir do 4 de Janeiro e no 4 de Fevereiro, os portugueses não teriam capacidades para aguentar as revoltas, e desta forma o poder teria um outro dono: o nativo.

Portanto, pelas influências externas descritas anteriormente (II^a Guerra Mundial, políticas anticolonialistas dos E.U.A, URSS, ONU, países asiáticos como a China, Índia e Indonésia) e a queda de Salazar em 1974, bem como as influências internas como a criação dos sindicatos, o movimento dos estudantes, a acção dos intelectuais, as palavras proferidas nas Igrejas e os principais actores da independência (os movimentos políticos), a revolta da Baixa de Kasanji e o 4 de Fevereiro, nada mais seria certo senão o alcance da independência de Angola. Assim, Angola tornou-se independente no dia 11 de Novembro de 1975.

Os três líderes dos principais movimentos políticos pronunciaram-se de forma isolada, como foi referido por DIOGO e TRICHES (2015), de facto, as duas partes acordaram que no dia 11 de Novembro de 1975 seria a proclamação da independência de Angola e que, depois, as eleições presidenciais democráticas seriam efectuadas. Mas, os movimentos

¹ Movimento Popular de Libertação de Angola.

² Frente Nacional para a Libertação de Angola.

³ União Nacional Para a Independência Total de Angola.

⁴ MPLA (António Agostinho Neto), FNLA (Holden Roberto) e UNITA (Jonas Malheiro Savimbi).

nacionalistas quebraram o acordo feito, cada movimento proclamou a independência unilateralmente.

Porém, foi aceite pela comunidade internacional o discurso proferido pelo Saudoso Doutor António Agostinho Neto, e desde então Primeiro Presidente da República Popular de Angola⁵, como podemos confirmar um pouco no seu discurso (primeiro parágrafo, zero horas) :

Em nome do povo angolano, o Comité Central do MPLA proclama solenemente perante a África e ao mundo a independência de Angola (NETO, 11 de Novembro de 1975)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História de Angola foi marcada duramente por um conjunto de acontecimentos que nortearam os angolanos até ao momento da independência nacional. Por esta razão é que os especialistas estão de acordo que houve um momento anterior a presença colonial (Período Pré-colonial), e a partir do século XV, mais concretamente em 1482 houve um cruzamento cultural (aculturação) no âmbito do mercantilismo que permitiu uma exploração dos reinos existentes no actual território de Angola (Período Colonial).

Na medida em que esta prática explorativa e de ocupação aumentava, mais triste ficou todo cenário e a Conferência de Berlim deu ênfase com o princípio da ocupação efectiva (1884-1885).

Toda a nossa abordagem se centrou em procurar buscar elementos e fundamentos que permitiram a independência de Angola. Entretanto, a II Guerra Mundial (1939-1945) permitiu, o aceleração do alcance do surto do nacionalismo africano, pois houve uma oportunidade de descobrir que tanto os negros, assim como os brancos, ninguém era superior em relação ao outro, por outro lado, porque a própria Europa de quem os africanos combatiam apresentava enormes fragilidades. Há que anexar a acção

⁵ Hoje, República de Angola.

proporcionada pelas actuais potências (E.U.A. e U.R.S.S.), a criação da ONU e a Ásia. Foi este o contexto em que se encontrava o mundo a partir de 1945.

A priori, estamos a transmitir a ideia e a admitir que fossem influenciados externamente, ou seja, o que escrevemos no parágrafo anterior serve de antecâmara para a compreensão das independências africanas em linhas gerais e de forma particular a de Angola.

Na luta pelas liberdades dos povos africanos, alguns países alcançaram a independência na década de 50, 60, 70, 80 e 90. E para Angola tendo em conta a nossa abordagem buscamos o Ex-Congo Belga da década de 60, uma vez que este se envolveu e influenciou bastante para o alcance da independência de Angola e como nós acabamos de apresentar com maior detalhe, a agitação do norte de Angola para proporcionar o famoso grito de Kasanji partiu do Congo. Torna-se evidente que em 1960 dá-se independência do Congo, em 1961 houve uma revolta na depressão da Baixa de Kasanji e no mesmo ano dá-se o início da luta armada (de Malange para Luanda) pelas razões já explicadas acima.

Por fim, há que reconhecer que todo este percurso de dor, de sangue, suor e lágrimas conduziu a uma independência que não era a ideal, mas de certeza que era necessária tendo em conta a maneira como de vivia.

Após a decadência de António de Oliveira Salazar (em 25 de Abril de 1974, pela revolta dos cravos em Portugal), chegou-se à conclusão de se criar o governo de transição. Mas só no dia 11 de Novembro de 1975 foi proclamada a independência de Angola.

Infelizmente, as ambições desmedidas dos líderes dos três maiores movimentos políticos angolanos na época fizeram a má divisão do bolo e como consequência o país caiu numa guerra civil. No dia 4 de Abril de 2002 assinou-se o Memorando de Entendimento do Luena e até então reina a paz nas terras da Palanca Negra Gigante.

BIBLIOGRAFIA:

- AGOSTINHO, F. P. (2011). Guerra em Angola: As Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil. (*Dissertação de Mestrado, Academia Militar*). Disponível em: <https://comum.rcaap.pt-biststreatn>;
- ALEXANDRE, J. (2016). *História de Angola, alguns subsídios para o seu estudo*. Luanda: Kilombelombe;
- BATSIKAMA, P. (2016). *Nação, Nacionalidade e Nacionalismo em Angola*. Luanda: Mayamba;
- BAPTISTA, TCH. P. F. & SOUSA, J. B. M. (2019). Sistema de acções para a utilização dos recursos da web 2.0 no processo de ensino-aprendizagem da História. *REFCaIE*. 7(2), 1-12.
- CHIMANDA, P. F. (2010). Do monopartidarismo à Transição Democrática em Angola. (*Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa*). Disponível em: <https://hdl.handle.net/10362/5306>;
- DIOGO, J. P.; TRICHES, J. (2015). Parâmetro de Construção da Democracia em Angola. *Revista Amicus Curiae*. 12 (1), 5-29.
- FREUDENTHAL, A. (1999). A Baixa de Cassanje: Algodão e Revolta. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. 18 (12), 245-283.
- GOMES, A. J. (2014). Ano de Kassanji ou Kassanji da década de sessenta?. *Revista Sol Nascente*, 5 (5), 11-29.
- KAMABAYA, M. (2003). *O Renascimento da Personalidade Africana*. Luanda: Nzila;
- KAMABAYA, M. (2011). *A Contribuição da África para o progresso da humanidade*. Luanda: Mayamba;
- KANDJO, J. S. (2019). *Os Impérios do Ghana, Mali e Songhai*. Luanda: Dfeditora.
- KANDJO, J. S. (2020). *História da África, séculos XV-XXI*. Luanda: Nhaconteúdos.
- KI-ZERBO, J. (2002). *História da África Negra*. 3ª Edição. Lisboa: Publicações Europa-América.
- M´BOKOLO, E. (2003). *História e Civilizações, do Século XVIII aos nossos dias*. 2ª Edição. Tomo I. Lisboa: Colibri.

- MATEUS, D. C. ; MATEUS, Á. (2013). *Angola 61-Guerra Colonial: Causas e Consequências*. Luanda: Texto Editores;
- MATROSSE, D. (2008). *Memória e Reflexões*. Luanda: Nzila.
- NUNES, H. B.; CAPELA, J. V. (2011). O mundo continuará a girar. Disponível em: <https://docplayer.com.br-11452058>;
- OSÓRIO, A. (2016). As Revoltas do Cassange. *Revista Científica Proelium*. 7 (11);
- PÉLISSIER, R. (2010). *Relações Internacionais*. Paris: Nzila;
- SANTOS, E. S. (2006). *A Cidade de Malanje na História de Angola, dos finais do século XIX até 1975*. Luanda: Nzila;
- SILVA, A. C. (2018). *Angola: História, Luta de Libertação, Independência, Guerra Civil e Suas Consequências*. *Revista NEARI*. 4(5), 1-15.
- SILVA, M. M. (2008). *A Independência de Angola*. [PDF]. Disponível em: www.funag.gov.br/biblioteca/index.php?route=product/category&path=62 .